

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

(1º DE FEVEREIRO DE 2007 A 31 DE JANEIRO DE 2008)

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES FLUVIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO – STTFSP, CNPJ. 57.320.368/0001-54 situado à Rua Pernambuco,12-52 – Presidente Epitácio - SP e o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE AREIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAREIA**, CNPJ. 53.309.050/0001-11 situado à Rua Arthur Cazarino, 84 – Parque Meia Lua – Jacareí – SP, legalmente representados pelos seus Presidentes, assistidos por seus advogados, celebram a presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Da Vigência

A presente Convenção vigorará de 1º de fevereiro de 2.007 a 31 de janeiro de 2.008, e terá por base territorial o Estado de São Paulo, abrangendo as empresas e os fluviários representados pelas suas entidades sindicais que a subscrevem.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Reajuste Salarial

Os salários dos fluviários abrangidos pela presente Convenção serão reajustados, a partir de 1º de fevereiro de 2.007, em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Primeiro - Ficam resguardados à categoria profissional os seguintes pisos mensais como soldadas base para as funções adiante discriminadas, conforme classificação do grupo do Pessoal da Marinha Mercante, prevista no art. 33 da “LESTA” (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário), que deverão ser respeitados por toda a categoria econômica:

FUNÇÃO	SALÁRIO/MÊS- R\$
Piloto Fluvial	1.051,29
Mestre Fluvial e Mestre Regional	788,00
Contra Mestre Fluvial	688,95
Condutor Motorista Fluvial	688,95
Marinheiro Fluvial ou Regional de Máquinas ou Convés	530,90
Operador de Draga Flutuante	530,90
Vigia	529,64
Operador de Máquinas	744,28
Auxiliar de Serviços Gerais	460,43
Auxiliar de Escritório	501,95

CLÁUSULA TERCEIRA

PLR

A título de participação nos lucros ou resultados, as empresas pagarão integralmente aos empregados contratados antes do início do ano do exercício fiscal de 2006, e proporcionalmente aos contratados durante esse exercício, o valor de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) em duas parcelas de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) cada, vencíveis, respectivamente, na data do pagamento dos salários dos meses de junho de 2007 e janeiro de 2008, não se constituindo em base de incidência de qualquer encargo trabalhista, tudo conforme estabelece a Lei 10.101, de 19/12/2000.

CLÁUSULA QUARTA*Da Composição da Remuneração*

O regime remuneratório dos fluviários compreenderá: soldada, base, auxílio alimentação, horas extras, repouso semanal remunerado, cesta básica e demais vantagens asseguradas através desta Convenção.

CLÁUSULA QUINTA*Da Insalubridade*

As empresas pagarão o adicional de insalubridade, reconhecido como de grau médio pelo Sindicato laboral, no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário mínimo.

CLÁUSULA SEXTA*Do Adicional Noturno*

O trabalho noturno será remunerado, após 22:00 horas, até 5:00 horas, com o adicional será de 75 % (setenta e cinco por cento) em relação à hora normal.

CLÁUSULA SÉTIMA*Do Anuênio*

As empresas se comprometem, a pagar 1% (um por cento) sobre o valor da soldada base por ano de trabalho, a título de anuênio.

Parágrafo Único – Ao funcionário demitido sem justa causa, e contratado pela mesma empresa no período inferior a seis meses de sua demissão, fica assegurado receber o mesmo percentual a título de anuênios do contrato anterior, podendo entretanto desistir desta vantagem, por escrito, caso seja de sua exclusiva conveniência.

CLÁUSULA OITAVA*Das Antecipações*

As empresas poderão efetuar antecipações salariais espontâneas, além do obrigado por Lei, acordo ou convenção coletiva, cuja antecipação poderá ser compensada a qualquer tempo.

Parágrafo Único – Será considerada como antecipação compensável a parcela do salário que exceder o valor vigente na data base, corrigida pela aplicação dos percentuais determinados em lei, até a data em questão.

CLÁUSULA NONA*Do Adiantamento Salarial*

As empresas fornecerão a seus empregados adiantamento de salário de 40% (quarenta por cento) do salário base mensal, 15 (quinze) dias após o quinto dia útil de cada mês.

CLÁUSULA DÉCIMA*Das Substituições*

Fica assegurado, aos tripulantes que substituírem outros de categoria superior, receberem, enquanto perdurarem as substituições, a remuneração integral relativa ao cargo do substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA*Da Concordância*

O embarque em categoria inferior do empregado somente será permitido com expressa concordância do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA*Da Jornada de Trabalho*

A jornada normal de trabalho para todos os fluviários, independentemente de escala de turnos de revezamento, será de quarenta e quatro horas semanais, devendo as horas excedentes serem consideradas como extraordinárias, calculada pelo valor de 1/220 (duzentos e vinte avos) do salário base mensal e pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo Único – As horas excedentes efetuadas nos sábados, bem como as trabalhadas aos domingos e feriados, serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA*Da Rendição*

As empresas que adotarem escala de revezamento de folgas só estarão obrigadas a pagar em dobro os dias de repouso efetivamente trabalhados, quando não concederem folgas compensatórias, observando que as folgas deverão ser concedidas em dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA*Das Despesas de Viagem*

As empresas que, em casos excepcionais, deslocarem seus empregados de suas residências para prestação de serviços inadiáveis, além de fornecerem alimentação e hospedagem, ficam obrigadas a levá-los de retorno após o término do trabalho excepcional.

Parágrafo Único – Caso, excepcionalmente, tais serviços sejam prestados em localidades diversas do domicílio do empregado, o pagamento da despesa de traslado será feito no ato da viagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA*Da Transferência*

Quando for do interesse da empresa mudar o domicílio do empregado para prestar serviços em outro município, a empresa pagará um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração atribuída, salvo se a transferência for de interesse do empregado, mediante solicitação por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA*Dos Feriados de Fim de Ano*

A empresa que porventura tenha serviço a realizar ou sendo realizado durante os 02 (dois) feriados de final de ano (Natal E Ano Novo), adotará escala de revezamento, não devendo o mesmo funcionário trabalhar os dois feriados. Caso, entretanto, por necessidade dos serviços, esta disposição não puder ser cumprida, o segundo feriado deverá ser pago como horas extras com adicional de 100% (cem por cento), ou, alternativamente, com a concessão de 03 (três) dias de folga remunerada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA*Da Cesta Básica*

As empresas se comprometem a fornecer mensalmente a seus empregados, uma cesta básica de alimentação “in natura”, contendo no mínimo os seguintes

produtos: 15 Kg de arroz tipo 1, 4 Kg de feijão carioquinha, 4 latas de óleo de 900 ml, 6 Kg de açúcar, 2 Kg de farinha de trigo, 1 Kg de sal, 1 Kg de farinha de mandioca, 1 lata de massa de tomate 370 g, 1 Kg de café, 3 pedras de sabão e 2 latas de sardinha, ou o valor correspondente, em dinheiro de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Parágrafo Primeiro – Em caso de duas ou mais faltas injustificadas, o trabalhador não fará jus à cesta básica “in natura” ou em dinheiro.

Parágrafo Segundo – Será mantido o fornecimento da cesta básica para os empregados afastados por doença ou acidente de trabalho limitado a 2 (dois) anos, a contar da data do afastamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Da Alimentação dos Tripulantes

Todos os tripulantes quando embarcados, farão jus ao auxílio alimentação.

Parágrafo Único – Nos serviços de extração de areia, o auxílio alimentação será fornecido em espécie, fixando-se o valor de R\$ 82,95 (oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos) mensais, proporcionais aos dias trabalhados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Da Liberação de Dirigentes Sindicais

Tendo em vista a permissão contida no art. 543, parágrafo 2º da CLT, as empresas poderão liberar três empregados para cumprimento de mandato sindical, sendo que tal liberação será limitada a um empregado por empresa.

Parágrafo Primeiro – Para que o empregado seja liberado, previamente será feita uma análise entre os membros do sindicato laboral e da empresa interessada, em reunião previamente designada, onde deverá ser demonstrada a necessidade do empregado requisitado e disponibilidade por parte da empresa.

Parágrafo Segundo – A remuneração devida aos empregados liberados para cumprimento do mandato sindical compreenderá a soldada base e cesta básica; e o empregado quando prestando serviço ao sindicato compreenderá a soldada base, cesta básica e demais adicionais estabelecidos nesta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Dos Uniformes

As empresas se comprometem a oferecer gratuitamente e anualmente dois jogos de uniforme aos tripulantes, de acordo com o RUMM - Regulamento de Uniformes da Marinha Mercante do Brasil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Do Parcelamento de Óculos

As empresas se comprometem a pagar integralmente as despesas de confecção de óculos aos seus empregados, cujo valor será descontado em 10 (dez) parcelas iguais, mensais, sucessivas e sem juros ou correção, desde que receitada por oftalmologista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Dos Seguros dos Funcionários

As empresas instituirão plano mensal de seguro de vida e acidentes para os empregados, sendo o prêmio rateado à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada parte, e benefício mínimo por empregado de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) para morte acidental ou invalidez permanente.

Parágrafo Único – A participação dos empregados será opcional e autorizada por escrito, e o valor de sua contribuição ao plano será descontado em folha de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Do Contrato de Experiência

Fica isento de contrato de experiência o empregado que for readmitido para a mesma função na mesma empresa.

Parágrafo Único – Os contratos de experiência para os fluviários não poderão ser superiores a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias a critério do empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Da Divulgação e Cadastro Sindical

Fica estabelecido o livre acesso do Sindicato Profissional às empresas, desde que as mesmas autorizem, não podendo atrapalhar o expediente dos empregados no trabalho.

Parágrafo Único – Para fins de atualização de cadastro, as empresas fornecerão semestralmente ao Sindicato Laboral a relação de seus empregados, associados ou não.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Da Revisão

As condições pactuadas coletivamente poderão ser revistas, mediante instrumentos celebrados diretamente entre o Sindicato Profissional e as empresas interessadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Da Mensalidade Assistencial da Entidade Patronal

Conforme previsto no art. 8º da Constituição Federal e decisão da Assembléia Geral Ordinária devidamente convocada e realizada, ficou decidido e aprovado que, para custeio e manutenção da Entidade Sindical Patronal, todas as empresas que integram a classe representada pelo **Sindareia** deverão recolher em favor deste, a título de contribuição assistencial, o valor equivalente a R\$ 600,00 (seiscentos reais), podendo esse valor ser dividido em três parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada, com vencimento para os dias 15 de março, 15 de julho e 15 de novembro de 2.007, por intermédio de guia própria a ser emitida pelo Sindicato Patronal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Da Mensalidade Assistencial da Entidade Laboral

Conforme previsto no art. 8º da Constituição Federal e decisão da Assembléia Geral Ordinária do Sindicato laboral devidamente convocada e realizada em 15/01/2007, fica estabelecido que, para custeio e manutenção da entidade sindical, as empresas efetuarão o desconto assistencial dos empregados associados ao Sindicato Profissional, e também dos não associados que expressamente não se opuserem por escrito, e o repassarão a este, sendo que o mesmo será equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor da soldada base, cobrado anualmente em 12 (doze) parcelas de 2,5% (dois e meio por cento) da soldada base de cada mês, devendo ser recolhido até o dia 10 do mês seguinte.

Parágrafo Primeiro – O Sindicato Profissional deverá dar publicidade, através da imprensa e de circular enviada às empresas, de sua Assembléia Geral, no tocante ao percentual acima.

Parágrafo Segundo – As empresas comprometem-se, no prazo máximo de 30 dias a contar do recebimento da comunicação escrita, a consultar os empregados não associados sobre o desconto assistencial previsto nesta Cláusula, efetuando-o dos que não se opuserem expressamente e recolhendo-o ao Sindicato laboral, no prazo previsto nesta Cláusula.

Parágrafo Terceiro – O não cumprimento do disposto no Parágrafo Segundo acarretará à empresa a multa penal de um salário mínimo a cada mês de atraso, a ser recolhida ao Sindicato Laboral, mediante boleto bancário expedido por este.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

Da Estabilidade

O empregado sindicalizado que estiver faltando 1 (um) ano ou menos para sua aposentadoria, não poderá ser demitido sem justa causa, adquirindo, assim, estabilidade até a data da aposentadoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

Da Ajuda Educativa

As empregadoras colaborarão mensalmente a título de **Ajuda Educativa**, com o correspondente a 3% (três por cento) do Salário Mínimo vigente, por funcionário,

sem ônus para o mesmo, devendo ser recolhido em boleto próprio até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao Sindicato Profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

Aviso Prévio Adicional

Será concedido aos empregados que contarem com mais de 50 (cinquenta) anos de idade, aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Da Relação de Salário

A empregadora fornecerá ao empregado, na ocasião de eventual rescisão contratual, a relação de seus vencimentos no período trabalhado, bem como, a qualquer tempo, e para fins de aposentadoria especial, o laudo profissiográfico exigido pelo art. 6º do Decreto 3048/99, com a alteração dada pelo Decreto 4032/01.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

Das Férias Coletivas

Em consonância com o disposto nos artigos 139 e 141, e seus parágrafos, da Consolidação das Leis do Trabalho, as empresas, a juízo exclusivo de sua conveniência, poderão conceder férias coletivas a todos os seus funcionários, observando rigorosamente os procedimentos prescritos por estes dispositivos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

Da Revogação

Ficam revogadas todas as cláusulas constantes dos acordos coletivos anteriormente firmadas.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam a presente convenção em 4 (quatro) vias de igual teor.

Jacareí, 16 de Fevereiro de 2.007.

JOSÉ OVÍDIO DE BARROS
Presidente do SINDAREIA

CPF: 313.306.658-72

STTFSP

OSMAR DA SILVA
Presidente do

CPF: 069.609.248-47

MARCO A. C. MENDONÇA
Advogado do SINDAREIA
OAB/SP nº 128.907